

Uma resenha sobre o livro de OLIVEIRA, Lucia Maria VELLOSO. 2012. *Descrição e Pesquisa*. Reflexões em torno dos Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 176p

## **Em Defesa da Crítica e da Pesquisa na Área Arquivística**

Ismênia de Lima Martins

Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF) e  
Sócio Honorário da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

No prefácio do livro, Ana Maria de Almeida Camargo, doutora pela Universidade de São Paulo (USP), professora de metodologia do Departamento de História e reconhecida como pesquisadora e autora de várias obras, na área arquivística, apresenta-o como fruto da tese de doutoramento da autora, defendida em 2010 junto àquela universidade.

Esta apresentação desperta a atenção sobre a trajetória acadêmica e profissional de Lucia Maria Velloso de Oliveira, até então. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986) e em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1992), obteve o título de mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2006).

Sua formação universitária, em todos os níveis, da graduação ao doutorado, foi construída a par de uma intensa atividade profissional. Ingressou, em 1994, no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, ocupando, desde então, diferentes posições, exercendo diversas funções e chefiando-o, desde 2002.

Além disso, manteve expressiva participação, nas atividades de sua categoria, sendo que, atualmente, preside a Associação dos Arquivistas Brasileiros, depois de dirigi-la de 2003 a 2009. Ademais, é membro do Comitê Gestor da Seção de Arquivos Universitários e de Instituições de Pesquisa do Conselho Internacional de Arquivos.

Este breve relato confere ao trabalho em questão valores de tempos antigos: aqueles em que uma tese de doutorado era o coroamento de uma trajetória profissional e não como hoje, um passaporte, quase obrigatório, para ingressar na vida acadêmica.

O leitor atento percebe no texto a paixão da militante pela causa arquivística. Sua leitura trouxe-me recordações da minha

militância pelo reconhecimento do trabalho do historiador. No fim dos anos 1960, o PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) excluía as ciências humanas e sociais, aí incluída a História, do incentivo à pesquisa pelo governo. A FINEP, principal agência de fomento, não explicitava qualquer exclusão, mas todos os candidatos deveriam satisfazer as exigências dos editais, inclusive responder ao quesito de como os resultados do projeto seriam incorporados aos setores produtivos da economia nacional?! Como fazê-lo quando a pesquisa em questão tratava do movimento operário no século XIX?

Foi preciso, além da militância, engenho e arte, para vencer as dificuldades.

No entanto, se a História, pelos fóruns de erudição, ornamento e prestígio que conferia e legitimava, sempre conquistava a boa vontade dos financiadores, com respeito à Arquivologia, a situação foi bem mais grave.

No caso brasileiro, ao desprestígio da área, subsidiária da Biblioteconomia, considerada como técnica e não como campo de conhecimento, acrescentava-se a falta de tradição de uma cultura arquivística e o profundo desinteresse do poder público acompanhado da ausência de políticas efetivas que pudessem alavancar o seu desenvolvimento.

Argumento importante neste sentido é a lentidão com que se construiu a malha universitária da disciplina. Depois do esforço pioneiro dos anos de 1960, com a criação do CPA (Curso Permanente de Arquivo) somente na segunda metade da década seguinte surgiram os três primeiros cursos universitários de Arquivologia do país: Universidade do Rio de Janeiro (1976), Universidade de Santa Maria (1976) e Universidade Federal Fluminense (1978).

Considerando a expansão acelerada da rede universitária no país nas décadas de 1970 e 1980, causa espécie o fato de somente 12 anos depois, em 1990, ser criado curso na UnB (Universidade de Brasília) e apenas mais quatro cursos entre 1997 e 1999 na (Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Espírito Santo). Além disso, São Paulo, o estado que investiu na criação da maior universidade do país, teria o seu primeiro curso somente em 2002, e fora da capital (Universidade Estadual de São Paulo/Marília).<sup>1</sup>

Atualmente existem cursos de Arquivologia em todas as regiões do país, inclusive com programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e os profissionais da área, organizados em suas entidades, marcaram sua presença de forma expressiva na Primeira Conferência Nacional de Arquivos, ocorrida em dezembro de 2011.

Apesar deste quadro positivo, o texto de Lucia Maria é marcado pelos percalços vividos pela Arquivologia no Brasil. Convicta de que o profissional de arquivo deve ser capaz de exercer a crítica e produzir o conhecimento, defende, arduamente, o status científico da disciplina. Para tanto, elegeu o debate sobre a descrição como uma função de pesquisa e as possibilidades cerceadoras da normatização àquela atividade. Para a autora, as propostas de formatação surgem focadas na atividade prática, ignorando o caráter científico daquela função essencial ao trabalho arquivístico.

Portanto, como Lucia Maria de Oliveira explicita, a principal questão do seu trabalho é a análise da tendência normalizadora da descrição arquivística e sua importância na compreensão daquela atividade como uma função científica.

Considerando, de um lado, a complexidade dos arquivos pessoais e de outro sua experiência profissional à frente do Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa elegeu como campo empírico os arquivos pessoais.

A introdução, em que formula a problemática da pesquisa, seu quadro teórico metodológico e explicita sua base empírica, além de apresentar a estrutura da obra, é seguida pelo capítulo em que trata do Arquivo Pessoal e seu Lugar na Arquivologia. Aí, com agilidade intelectual, dialoga com os autores clássicos e contemporâneos da matéria. Analisa, também, os diferentes posicionamentos que a complexidade do tema provoca. Fã-lo, no entanto, não de uma maneira abstrata, mas estudando situações concretas na França, no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Canadá. Além disso, no último item, considerando a variada tipologia de documentos que os arquivos pessoais abrigam, ressalta sua importância para a discussão dos problemas referentes aos processos descritivos.

No capítulo dois, Descrição Arquivística como uma Função de Pesquisa, a autora evidencia a questão central da tese e, sustentada por extensa pesquisa bibliográfica na área, aponta o descompasso existente no discurso da padronização entre o caráter científico da descrição e a produção dos instrumentos de pesquisa. Ressalta a importância da reconstrução do acervo arquivístico e os cuidados necessários à classificação adotada, para que não se prejudique o controle intelectual e o acesso aos documentos.

Para tanto, relata experiências com o acervo de Rui Barbosa demonstrando as desvantagens de uma descrição simplificadora. Particularmente interessante é o caso de um doutorando, que desenvolvia sua tese junto à Universidade de Paris, sobre a arte da culinária no século XIX, no Brasil. Considerando a inserção social de Rui, o pesquisador avaliou que encontraria, em seu acervo, um conjunto de cardápios muito usados nos jantares de gala. Como a abordagem do processo de descrição, da equipe da época, representava Rui Barbosa como político, jurista e jornalista, certos documentos, como os cardápios, foram desconsiderados.

No caso, para encantamento do usuário, a intervenção de um profissional conhecedor da existência de um conjunto de cardápios, permitiu-lhe o acesso à fonte. Talvez, não seja significativo para este texto, mas não consigo deixar de comentar a importância deste tipo de documento e os muitos usos que dele faz a historiografia contemporânea.

Em conferência que proferi no Real Gabinete Português de Leitura, por ocasião do bicentenário da Real Companhia Vinícola de Portugal, utilizei-me dos cardápios para demonstrar a posição privilegiada que a Companhia desfrutava no Brasil, no século XIX. Usei-os, também, para confirmar a mobilidade social de certos grupos de imigrantes e em outra pesquisa como, no início da República, a cerveja quebraria o monopólio dos vinhos

nos eventos importantes. Estes comentários, à margem, servem apenas para tornar mais enfático o exemplo utilizado por Lucia Maria.

A autora sustenta, ainda, que não há ingenuidade no processo de padronização. Assim, alerta sobre as possibilidades de que as normas sejam repassadas mecanicamente, ao longo da formação dos profissionais da área, provocando no arquivista o embotamento da crítica. De tal modo, conclui que a padronização da prática arquivística pode levar ao abandono do status científico que lhe deve ser próprio.

No capítulo seguinte, “A Descrição Arquivística e os Arquivos Pessoais”, Lucia Maria utiliza-se, largamente, de sua experiência e intimidade com o acervo para demonstrar a complexidade daqueles arquivos. Destaca, em particular, a relevância de resguardar sua individualização, mas também ressalta a importância da compreensão relacionada ao contexto de produção e acumulação do arquivo, assim como a interação social dos envolvidos. Alguns dos exemplos selecionados são muito interessantes, verdadeiros quebra-cabeças, como o caso da identificação da vovozinha e de Dayse em documentos do acervo da coleção família Barbosa de Oliveira.

Em Busca de um Modelo de Descrição Arquivística recupera os processos de elaboração de normas de descrição que mais se destacaram na prática do ofício. O texto demonstra um esforço sistematizador do movimento dos profissionais de diferentes países de tradição arquivística em torno do objetivo de padronizar a descrição. Resgata a experiência pioneira de 1898 da Associação de Arquivistas Holandeses, assim como o modelo do Reino Unido, o do Canadá (RAD), a proposta do Conselho Internacional de Arquivos (ISAD (G)) e o modelo americano atual. Depois de apresentá-los com detalhes, a autora analisa-os em conjunto, destacando os pontos de convergência e as especificidades dos mesmos, para concluir que o perigo da padronização reside no reducionismo do trabalho arquivístico a uma atividade mecânica.

O capítulo seguinte, “Entre o Modelo e sua Aplicação: O Lugar Obscuro do Trabalho de Pesquisa”, analisa instrumentos de pesquisa produzidos de acordo com as normas apresentadas anteriormente. Chega à conclusão que as mesmas são desafiadas pela complexidade dos arquivos e que muitas vezes o restabelecimento das conexões e vínculos está centrado no arquivista e no quanto ele torna públicas as decisões tomadas e a base teórica que as sustentam, de acordo com o formato do instrumento de pesquisa que segue (p. 144).

Lucia Maria não tece comentários sobre a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), cuja versão preliminar foi submetida à consulta pública, em 2006. Talvez, não o tenha feito por suas semelhanças com o ISAD (G), que discutiu, exaustivamente, nos capítulos 4 e 5.

O texto oficial que apresenta o Nobrade ressalta o esforço de adaptação das normas internacionais às especificidades brasileiras. Não se pode deixar de reconhecer que a Nobrade avançou em relação à ISAD (G) por contemplar questões ignoradas por aquela norma

internacional. Tal seria, por exemplo, no caso da norma brasileira, a existência dos pontos de acesso que contemplaria as indicações necessárias, produzidas pelo arquivista, para maior compreensão do acervo.

No Capítulo final, retoma suas conclusões parciais, afirmando que se os debates sobre o modelo de discussão são relevantes para a produção dos instrumentos de pesquisa, no entanto, este não é o maior problema. E, para alívio do leitor, a autora se posiciona sem subterfúgios:

Na realidade, a questão central não está na definição de qual modelo de instrumento de pesquisa, (...). Ao final fica claro que “um sujeito” altamente capacitado é indispensável para produzir o conhecimento necessário sobre um arquivo (...). E esse sujeito é o arquivista (p. 148).

Se em alguns textos a autora, pelo tom de suas críticas, parece transformar as normas de padronização da descrição arquivística em um “dragão da maldade”, finaliza colocando o dedo na ferida: a qualificação intelectual do arquivista.

Somente um profissional bem informado detém o conhecimento que se exige para que se estabeleçam os vínculos entre os documentos, entre as ações que lhe dão origem, e a relação entre eles. Igualmente, é necessário deter saberes diversos e erudição, além da técnica, para promover a recomposição de um arquivo, assim como a compreensão do contexto social em que se insere.

Esta questão está latente em toda a obra de Lucia Maria que, muito mais que uma tese sobre descrição e pesquisa, é um livro em defesa da Arquivologia no campo do conhecimento científico. Um trabalho militante!

Finalizando, não posso deixar de lembrar o padre Antonio Vieira que escreveu no século XVII, “O Homem se revela na pena!” Lendo o livro de Lucia Maria afirmo que as mulheres também!

Enviado em 04/06/2012